

PAISAGEM TOPONÍMICA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL: O CASO DO JARDIM ROSINHA NA ZONA NOROESTE DE SÃO PAULO

TOPONYMIC LANDSCAPE AS INTANGIBLE HERITAGE: THE CASE OF JARDIM ROSINHA IN THE NORTHWEST AREA OF SÃO PAULO

Luiza Carneiro Campello Ramos¹

Guilherme França Anastácio²

Martin Jayo³

Patrícia Laczynski de Souza⁴

RESUMO: A fim de lançar um olhar crítico às políticas de nomeação e renomeação de logradouros em cidades brasileiras, o artigo enfoca o caso recente do Jardim Rosinha, um bairro periférico da cidade de São Paulo que teve todos os seus nomes de ruas unilateralmente modificados por decisão administrativa. Por meio de entrevistas semiestruturadas com três moradores, procuramos compreender como a alteração foi vivenciada na comunidade. Constatamos que houve um grande prejuízo à funcionalidade dos nomes, não só como elementos para orientação espacial, mas também como sistema de ancoragem de memória. O estudo chama a atenção para a importância de políticas que reconheçam a paisagem toponímica urbana como patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia; Memória urbana; Patrimônio cultural; Morro Doce.

ABSTRACT: In order to take a critical look at public place naming/renaming policies in Brazilian cities, the article focuses on the recent case of Jardim Rosinha, a peripheral neighborhood in the city of São Paulo that had all its street names unilaterally changed by administrative decision. Through semi-structured interviews with three residents, we sought to understand how the change was experienced in the community. We found that there was a great loss to the functionality of names not only as spatial orientation elements, but also as a memory anchoring system. The study draws attention to the

¹ Graduanda em Gestão de Políticas Públicas (USP). Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3896-3411> Email: luiza.campello@usp.br

² Bacharel em Gestão de Políticas Públicas (USP). Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3176-2704> Email: guilherme.anastacio@usp.br

³ Doutor em Administração de Empresas (FGV-SP). Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0241-9687> Email: jayomrtn@gmail.com

⁴ Doutora em Administração Pública e Governo (FGV-SP). Universidade Federal de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4448-9269> Email: plsouza@unifesp.br

importance of policies that recognize the toponymic landscape of cities as cultural heritage.

KEYWORDS: Toponymy; Urban memory; Cultural heritage; Morro Doce.



10.23925/2176-4174.35.2025e72705

Recebido em: 25/07/25.

Aprovado em: 29/07/25.

Publicado em: 30/07/25.

Introdução

Um belo dia, um bairro inteiro acordou e descobriu que as suas ruas tinham, inexplicavelmente, mudado de nome. A estranha notícia chegou por carta, ou melhor, pelos endereços impressos nas contas de água e luz. Um pouco mais tarde, as placas azuis com nomes de rua, instaladas nas esquinas, foram substituídas pela Prefeitura. A partir daí, todos tiveram que reaprender os endereços de suas próprias casas. Muitos, inconformados com a mudança, teimam até hoje em usar os nomes antigos, gerando certa confusão para quem precisa se localizar por lá.

A situação, que poderia muito bem ser o ponto de partida para um relato de ficção, é real. Foi vivida em 2022 pelos moradores do Jardim Rosinha, um bairro periférico localizado na zona noroeste da cidade de São Paulo, quando a Prefeitura implementou, abruptamente, uma decisão tomada sem qualquer comunicação ou consulta à comunidade local.

Neste artigo, a fim de lançar um olhar crítico sobre as políticas de nomeação e renomeação de logradouros urbanos em cidades brasileiras, procuraremos compreender como essa impactante mudança foi vivenciada pelos moradores do Jardim Rosinha. A relevância do estudo deriva do fato de que, longe de ser um caso isolado, a experiência desse bairro é, em diversos aspectos, representativa de muitas práticas de nomeação/renomeação de logradouros em cidades brasileiras.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi conduzida em duas etapas. Inicialmente, realizou-se um levantamento preliminar da toponímia do Distrito Anhanguera, localizado na zona noroeste do município de São Paulo, com foco

especial na região conhecida como Morro Doce. Nessa fase, por meio de consulta *online* ao Dicionário de Ruas do Prefeitura de São Paulo⁵, foi elaborada uma planilha contendo os nomes atuais e antigos das vias públicas, acompanhados dos respectivos atos normativos (leis, decretos, portarias) que oficializaram as alterações nomenclaturais. Os dados obtidos nessa etapa indicaram o Jardim Rosinha como um território que concentrou um número significativo de mudanças nos nomes de seus logradouros, revelando-se, assim, um objeto pertinente para uma análise mais aprofundada.

Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas a partir de roteiro semiestruturado⁶, inspirado na ideia de “pesquisador conversador” de Peter Spink (2008). Segundo o autor, as conversas realizadas com o objetivo de levantamento de informações fundamentam-se em uma perspectiva metodológica que compreende o pesquisador como parte integrante tanto do objeto de estudo quanto do próprio campo de pesquisa. Este campo é constituído por sujeitos, eventos, espaços e narrativas que se entrelaçam e se influenciam mutuamente. Conforme argumenta Spink (2008), o conceito de campo-tema pode ser compreendido como “a ideia social da importância de um conjunto de preocupações e o argumento a favor da utilidade de uma expressão específica como forma de referenciar, vincular e relacionar eixos e assuntos relacionados” (Spink, 2008, p. 73).

Nesse contexto, a abordagem metodológica adota como foco analítico os chamados “microlugares”, compreendidos por meio das dinâmicas sociais cotidianas. Tais microlugares são, segundo o autor, simultaneamente produtos e produtores de múltiplos processos sociais e identitários, os quais envolvem todos os sujeitos presentes na pesquisa, incluindo o próprio pesquisador (Spink, 2008). Através do diálogo, o que Spink (2008) denomina “pesquisador conversador” consegue realizar uma imersão mais profunda – e também mais complexa – no universo das práticas sociais, distanciando-se da postura tradicional do especialista que busca a neutralidade e o distanciamento.

⁵ O Dicionário de Ruas é uma plataforma *online* mantida pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, disponível em <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br>.

⁶ O roteiro semiestruturado contemplou questões como: identificação do entrevistado, incluindo o tempo que mora no bairro; a memória sobre os nomes das ruas do bairro: se mudou de nome, quando e o nome antigo; o sentimento a respeito da mudança; os significados dos nomes antigos e atuais das ruas; e se conhece algum projeto de novas mudanças de nomes de ruas.

Para proceder à análise, o percurso do artigo se organiza em quatro seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira delas, situamos de forma muito breve os pressupostos conceituais que guiam a discussão. A segunda seção se detém sobre a história do Jardim Rosinha, o que nos permite, na terceira, contextualizar a polêmica medida implementada em 2022. A análise propriamente dita é objeto da seção 4, por meio de um exercício de escuta: realizamos entrevistas com três moradores do bairro, a fim de entender como se sentem em relação à mudança e quais consequências percebem em suas vidas. Os achados apontaram para a importância de políticas de nomeação de logradouros que reconheçam o caráter patrimonial da paisagem toponímica.

1. Toponímia Crítica e os nomes como patrimônio

O estudo dos topônimos, campo acadêmico interdisciplinar de longa tradição (Dick, 1990), tem passado por uma importante renovação. Até poucas décadas atrás, o campo se voltava basicamente a catalogar nomes de lugares e estudar suas origens e derivações. Os estudos eram de natureza predominantemente enciclopédica, ou, como destacam Duncan Light e Craig Young, tinham caráter “ateórico e apolítico” (Light e Young, 2015, p. 436). Só mais recentemente se nota uma mudança, com o desenvolvimento, no início do presente século, daquilo que tem sido chamado de Toponímia Crítica, tendência que reconhece que nomear lugares é uma prática política.

Na Toponímia Crítica, a cidade é considerada um “texto-objeto”, na medida em que seus nomes dão acesso a determinadas narrativas e memórias, e silenciam outras, e nessa condição são objeto de permanente disputa (Carvalhinhos e Lima-Hernandes, 2020). Da mesma forma, pode-se dizer que os nomes são uma importante parte do sistema de lugares de memória (no sentido de Nora, 1993) a partir dos quais se constrói, em geral de forma conflitiva, a memória urbana (Jayo, 2022).

Disputas toponímicas estão presentes em diferentes experiências de formulação e implementação de políticas de memória e políticas urbanas. Na cidade de São Paulo, um exemplo amplamente discutido é o das retificações de homenagens a figuras políticas ligadas à ditadura civil-militar de 1964-1985, sendo o caso mais conhecido o da renomeação do antigo Elevado Costa e Silva, hoje Elevado João Goulart. Outro exemplo diz respeito às crescentes práticas de comercialização de

direitos de nomeação (*naming rights*) que atingem estruturas urbanas tanto privadas quanto públicas, como estádios esportivos, equipamentos culturais e estações de metrô. Há ainda uma enraizada tradição de práticas (em geral clientelistas) de substituição de nomes tradicionais dos mais diversos tipos de logradouros públicos, em prol de homenagens políticas. A maioria dessas experiências desconsidera o caráter patrimonial da paisagem toponímica, bem como os apagamentos e silenciamentos promovidos por práticas oficiais de nomeação/renomeação que não sejam abertas à participação local.

É com esse olhar que nos voltamos à recente experiência do Jardim Rosinha. Como é comum na periferia paulistana e de outras cidades, o traçado urbano deste bairro nasceu de maneira informal, e só mais tarde suas ruas foram reconhecidas pela Municipalidade e incorporadas à planta oficial da cidade. Assim como as ruas, os seus nomes também surgiram de maneira espontânea, carregados de memória e de identidade local. Ao serem oficializadas, no entanto, as ruas acabaram sendo objeto de renomeação.

2. Jardim Rosinha: história e identidade do bairro

Uma das primeiras dificuldades metodológicas que enfrentamos foi a própria definição do que é, espacialmente falando, o Jardim Rosinha. Costuma ser uma tarefa complexa estabelecer os limites fronteiriços dos bairros na cidade de São Paulo, ainda mais em contextos periféricos.

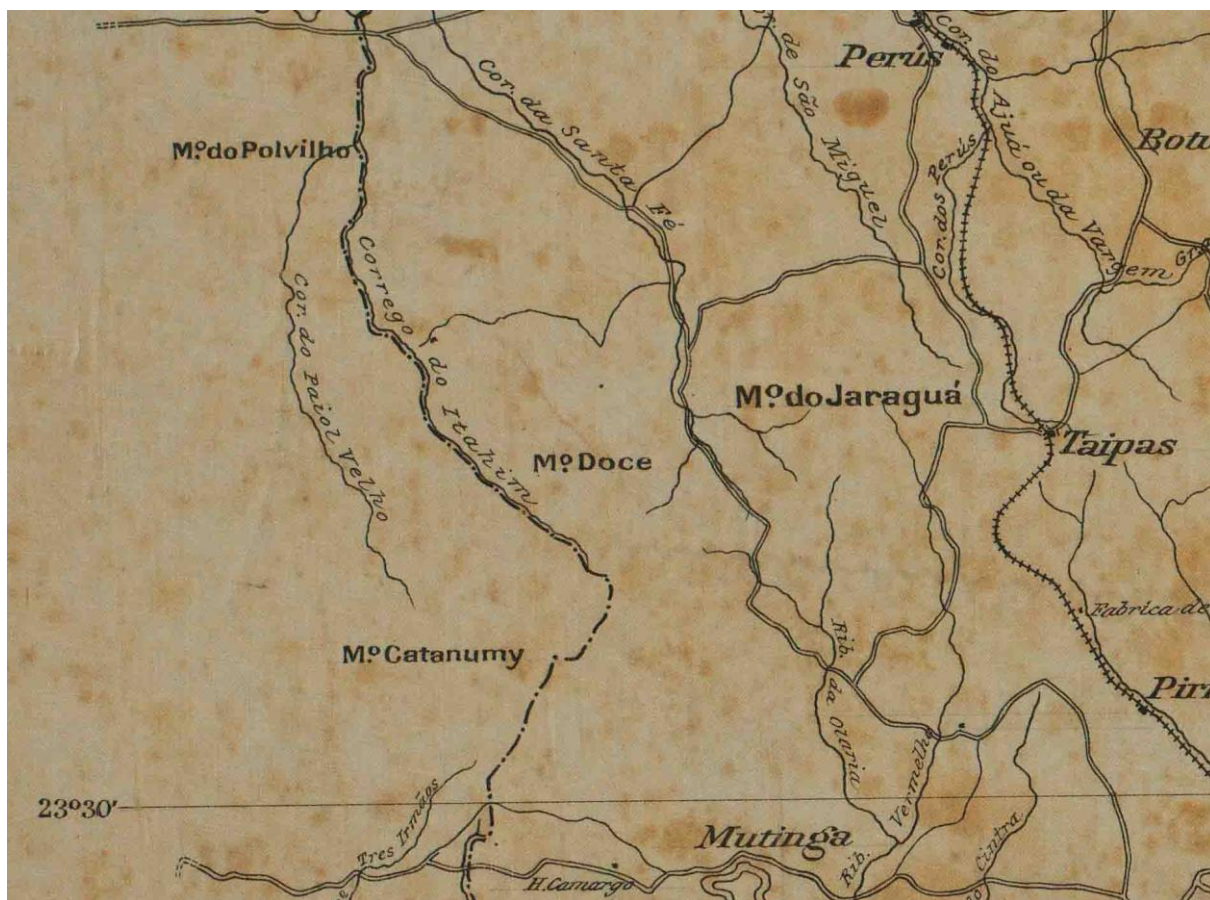
São diversas as causas para essa dificuldade. Podemos destacar que a cidade de São Paulo se expandiu de maneira relativamente desordenada, sem a implementação de um planejamento urbano rigoroso. Muitas áreas surgiram de forma orgânica, ocupada por loteamentos irregulares, favelas e condomínios fechados que se sobrepõem à divisão administrativa, dificultando a distinção precisa dessas fronteiras (Caldeira, 2000). A Prefeitura adota para a gestão territorial uma subdivisão administrativa baseada em subprefeituras e distritos, contudo essa divisão é muito ampla, e dentro de cada distrito e/ou subprefeitura encontra-se um sem-fim de bairros e sub-bairros. A falta de consenso entre fontes (Prefeitura, IBGE, Correios, Google Maps, etc.) colabora ainda mais para essa fragmentação urbana. Na obra *Espaço intra-urbano no Brasil*, de 1988, Flávio Villaça afirma:

A metrópole paulistana expandiu-se por meio de loteamentos periféricos irregulares, invasões e operações urbanas desconexas, gerando uma malha urbana em que os “bairros” são, muitas vezes, nomes sem correspondência com unidades territoriais claras. [...] A periferia é um amálgama de “pedaços de cidade” sem delimitação consensual (Villaça, 1998, p. 112).

Nessa cidade fragmentada, os limites dos bairros são fluidos e simbólicos. São estabelecidos de forma subjetiva e variam conforme práticas cotidianas, memórias afetivas e conflitos sociais (Feldman, 2009). Sua delimitação advém de uma construção cultural, carregando significados históricos e afetivos que ignoram as fronteiras administrativas. Nesse cenário, o Jardim Rosinha está localizado no Distrito Anhanguera, na zona noroeste da cidade. Por sua vez, uma parcela considerável do Distrito Anhanguera, composta por mais de 20 bairros, é popularmente conhecida como Morro Doce. Consequentemente, por mais que tenha dinâmicas próprias e delimitação nítida na percepção dos seus moradores, podemos dizer que o Jardim Rosinha é um sub-bairro dentro de um bairro maior, o Morro Doce, e que do ponto de vista formal compõe a área administrativa do Distrito Anhanguera.

A própria delimitação do distrito, no entanto, é relativamente recente e não é isenta de tensões. Sua oficialização data de 1992. Na época, o Distrito Anhanguera foi constituído sobre território anteriormente pertencente aos distritos de Perus e Jaraguá. A escolha do nome, que aparentemente se deveu à proximidade da rodovia homônima, aconteceu sem consulta à população local e em detrimento de outro com presença mais tradicional na região. Em um mapa da cidade de São Paulo e seus arredores datado de 1921 (figura 1), constatamos que a região já era denominada Morro Doce – topônimo que, na memória dos moradores mais antigos, surge por conta de plantações de cana-de-açúcar e de alambiques existentes na região. Essa identidade e a memória dos moradores foram desconsideradas na oficialização ocorrida nos anos 1990.

Figura 1 - Detalhe de mapa da cidade de São Paulo, 1921



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

A delimitação administrativa do distrito, em 1992, pode ser vista como uma estratégia, na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), para o incremento da intervenção estatal na região por meio de políticas públicas. Contudo, a falta de políticas que tratem da nomenclatura geográfica como patrimônio imaterial conduz a esse tipo de apagamento de um topônimo tradicional.

Além disso, a associação de toda a região a uma homenagem ao bandeirante Anhanguera silencia memórias relevantes de luta e resistência indígena. A adoção desse nome ilustra algo apontado por Carvalhinhos (2022): via de regra, o poder outorgador não tem o discernimento necessário para enxergar o topônimo como um elemento da cultura local, ou variável relevante nas dinâmicas territoriais.

O processo de ocupação do solo às margens da Rodovia Anhanguera intensificou-se a partir das décadas de 1960 e 1970, longe do olhar do Estado, fruto de um processo de estruturação socioespacial guiado pela indústria (Fonseca e

Kuvasney, 2009). Até essa época, a paisagem local era predominantemente rural, ocupada por chácaras e sítios.

É no período de pós-redemocratização que a ocupação do solo no território alcança as características que tem hoje: loteamentos irregulares e ocupações por moradia. A ocupação do solo neste momento é consequência de um processo de “expulsão” das pessoas que antes residiam em outros territórios, com maior desenvolvimento e infraestrutura (Carvalho, 2010). Ela se dá, portanto, por conta de condições econômicas e sociais que incidem sobre a população periférica: aumento do custo de vida (aluguel, preços), insuficiência de emprego e renda, carência de políticas públicas, etc.

A trajetória de ocupação com loteamentos iniciou-se com a compra, em 1990, de uma área pela Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo (ATST-SP). Com suas origens ligadas à Igreja Católica, a ATST-SP foi um dos primeiros movimentos de luta por moradia que, ao invés do enfrentamento direto ao Estado, adquiriram terrenos de seus proprietários para lotear e vender a famílias. A principal justificativa era a de que os custos de uma ocupação acabam recaindo em grande parte sobre as famílias, com as ações de reintegração de posse e a violência estatal (Carvalho, 2010).

Depois da experiência bem-sucedida da ATST-SP, outros movimentos sociais por moradia surgiram e passaram a adotar a mesma estratégia. Em 1993, o Movimento Quero um Teto (MQT) adquiriu áreas para os loteamentos Monte Belo, com 224.405 metros quadrados, e Vila dos Palmares, com 356.812. A Sociedade Amigos do Jardim Britânia do Jaraguá foi responsável pela aquisição de áreas para os loteamentos Itaberaba I e Itaberaba II. E, em 1994, a associação denominada Comunidades Associadas Assistencial Brasileira (CAABRAS) fez o mesmo para os loteamentos Morada do Sol, com 83.686 metros quadrados, e Jardim Rosinha (antigo Sítio Rosinha), com 220.890.

Esta última associação, no entanto, sofreu ao final de 1994 uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público, por promover o parcelamento indevido do solo para fins urbanos, em ambiente rural, modificando as relações territoriais até então ali estabelecidas. Com isto, um núcleo de tensão surge entre os movimentos de moradia, os proprietários das áreas e as pessoas que adquiriram seus lotes. A Ação Civil Pública bloqueou os recursos da CAABRAS, interrompendo as transações financeiras

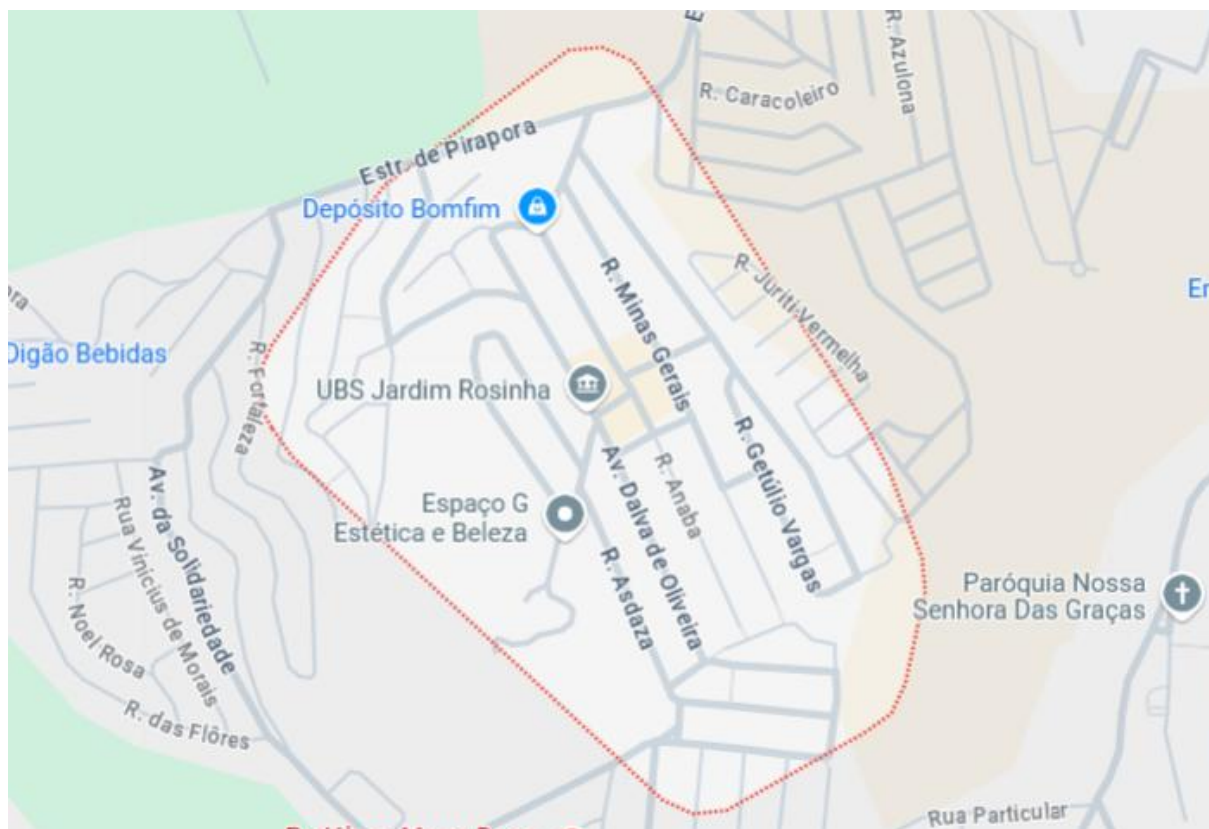
que haviam sido acordadas entre o movimento e o vendedor da área, gerando ações de reintegração de posse e violência estatal (Carvalho, 2010). Esta judicialização, na prática, isentou por mais de uma década o Poder Executivo de implementar políticas públicas em todos os loteamentos da região, resultando em fragmentação do território pela desigualdade no acesso a infraestruturas como saneamento básico, energia elétrica, asfalto, transporte público etc.

Concomitantemente, dá-se um processo de grande expansão demográfica, ocasionado principalmente pela adoção desse modelo de ocupação. Segundo a Coordenadoria de Produção e Análise de Informação da Prefeitura de São Paulo, com dados do IBGE, a população da área do atual Distrito Anhanguera era de 429 pessoas na década de 1950, e cerca de 5 mil nos anos 1980. Com a ocupação por lotes irregulares nos anos 1990, ela passa para 12.408 pessoas no censo de 1990, 38.427 no censo de 2000, 65.859 em 2010 e 75.360 em 2020.

3. Jardim Rosinha: paisagem toponímica

O Jardim Rosinha, resultante de um dos loteamentos realizados em 1994 pela CAABRAS, corresponde aproximadamente à área circundada da Figura 2, que reproduz uma imagem extraída da plataforma Google Maps. Observando os nomes ali presentes, é possível notar a instabilidade toponímica a que o bairro tem sido exposto. Há ruas – como Dalva de Oliveira, Minas Gerais e Getúlio Vargas – que ainda estão identificadas pelos nomes originais que remontam à época do loteamento informal e foram oficialmente alterados em 2022. Já outras – Anaba e Andaza – já ostentam seus nomes oficiais atuais.

Figura 2 - Delimitação aproximada do Jardim Rosinha



Fonte: Google Maps (imagem obtida em julho de 2025)

Essa convivência (ou disputa) entre topônimos novos e antigos tem origem em uma decisão administrativa. A Portaria nº 377 da Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB), datada de 20 de setembro de 2012, alegando a “necessidade de identificar os logradouros do Município de São Paulo” (São Paulo, 2012), designou novos nomes para todas as ruas do bairro. Deste modo, a toponímia local foi unilateralmente alterada como sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 - Alterações toponímicas impostas ao Jardim Rosinha

Código do Logradouro (CODLOG)	Nome tradicional	Nome oficializado
50.553-6	Rua Vista Bela	Rua Airumã
50.554-4	Rua Getúlio Vargas	Rua Amanayara
50.555-2	Rua Minas Gerais	Rua Amitola
50.556-0	Rua dos Vitoriosos	Rua Anaba
50.557-9	Rua Dalva de Oliveira	Rua Anamosa
50.558-7	Rua Monte Verde	Rua Asdaza
50.559-5	Rua Pagé	Rua Cayres
50.560-9	Rua da Comunidade	Rua Chepi
50.561-7	Rua Charles Chaplin	Rua Cotiguara
50.562-5	Rua Esperança	Rua Jupiara
50.563-3	Rua do Espanhol	Rua Kaliska
50.564-1	Rua Tancredo Neves	Rua Kenda
50.565-0	Rua Cazuza	Rua Otinga

Fonte: Portaria SEHAB nº 377, de 20 de setembro de 2012

Contra os topônimos tradicionais, apesar de estarem há muito consolidados nas dinâmicas locais e serem reconhecidos pela comunidade, pesou o fato de serem informais, por sua origem em loteamentos irregulares. Essa foi a brecha usada para não oficializá-los.

Além disso, pesou o fato de alguns deles (embora não todos) terem homônimos na planta oficial do município. O Decreto Municipal nº 49.346, de 27 de março de 2008, em sua Seção IV (artigo 9º, parágrafo 2º), determina que “Os nomes escolhidos para logradouros, ainda que de tipologia distinta, não poderão ser idênticos” (São Paulo, 2008). Esta disposição justifica a necessidade de alteração de alguns desses nomes, mas não de todos. As ruas Cazuza, Dalva de Oliveira, Esperança, Getúlio Vargas, Minas Gerais, Monte Verde, Tancredo Neves e Charles Chaplin⁷ têm logradouros homônimos no município, como pode ser constatado no Dicionário de Ruas da Prefeitura; os demais topônimos poderiam ter sido mantidos.

A irregularidade da Portaria é visível em outro dispositivo da legislação municipal. A Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, dispõe em seu Artigo 4º que “É vedada a denominação de vias e logradouros públicos com nome diverso daquele

⁷ A Rua Charles Chaplin não tem um homônimo exato, porém existe uma Rua Charles Spencer Chaplin localizada no distrito de Campo Limpo, zona sul.

que, embora não tenha sido objeto de ato de autoridade competente, já se consagrou tradicionalmente e se incorporou na cultura da cidade” (São Paulo. 2007). A Portaria 377 está, portanto, em desacordo com a legislação, ao modificar aquelas denominações já consagradas e incorporadas à cultura dos moradores, e que não tinham homônimos no município: Vista Bela, dos Vitoriosos, Pagé e do Espanhol.

A mudança de nomes determinada pela Portaria 377 tardou cerca de dez anos para ser implementada na prática, mas a partir de 2022 as contas de cobrança de serviços públicos passaram a ser recebidas pelos moradores com os nomes novos.

4. “Nós temos uma história e essa história pode ser contada”: exercício de escuta

No dia 23 de março de 2025, visitamos o Jardim Rosinha para um exercício de escuta. Entrevistamos três moradores. Os primeiros a nos receberem foram Sidnei, conhecido como Sidão, com 46 anos de idade, e Cenira, de 58, com quem conversamos na sede de uma associação local. Em seguida fomos até a casa do Seu Getúlio, conhecido localmente como o mais antigo morador do bairro. Com os três mantivemos conversas animadas e informais, embora guiadas por um roteiro semiestruturado que tínhamos preparado de antemão.

Nossas indagações eram de duas ordens. De um lado, queríamos saber como a comunidade local vivenciara a troca de nomes: como se sentiam em relação aos nomes novos, e quais consequências, de ordem prática ou simbólica, percebiam em suas vidas. De outro lado, também queríamos, dentro do possível, conhecer alguma coisa das motivações daqueles nomes que o bairro estava perdendo. Afinal, nomes tão interessantes como Vitoriosos, Esperança, Vista Bela talvez fossem resultado de alguma memória local que pudesse ser registrada.

Sidnei, morador muito engajado em ações coletivas, reside no bairro há 20 anos. Ele fez questão de enfatizar sua surpresa ao tomar conhecimento da alteração, e a insatisfação com os novos nomes, escolhidos unilateralmente e sem explicação. “De repente a rua passa a se chamar Anitola, ou Anaba, que são nomes que não tem nada a ver com a realidade daqui. O que é Anitola? Mudou o nome da rua e acabou, é tirado do nada. É um desserviço!”.

Ele soube da mudança, inicialmente, ao receber uma correspondência em sua casa. Em seguida soube que a mudança não seria só na sua rua, mas em todas as do bairro, o que o fez “se sentir péssimo”. Contou-nos que, na sua avaliação, os moradores foram muito prejudicados. Não só eles, mas também os entregadores, que “acabam se perdendo sem conseguir achar a rua certa”.

Sidnei nos conta ainda não ter aprendido todos os novos nomes. Aprendeu o da Charles Chaplin, que virou Cotiguara, conversando com entregadores, “mas o da Getúlio Vargas eu ainda não sei qual é”.

Cenira está no Morro Doce há 8 anos, parte desse tempo no Jardim Rosinha. Diz que ama viver no bairro, pois a comunidade é muito unida. Ela participou das reivindicações por transporte e também da luta para que as ruas do bairro tivessem CEP⁸. Lembra que, quando não havia CEP, muitas correspondências se perdiam, pois acabavam indo para outros lugares. Sobre a mudança dos nomes, conta-nos que só tomou conhecimento quando avisada por uma vizinha.

Ela diz compreender que, se já existia, por exemplo, outra rua chamada Minas Gerais na cidade, esse nome não podia ser mantido. Mas não entende que isso tenha sido feito sem que ninguém fosse avisado. E nos questiona: quem cuida disso, quem escolhe esses nomes? Ela acredita que propostas de novos nomes seriam muito bem recebidas se envolvessem homenagens a pessoas importantes no território, mas não nomes cujo significado ninguém sabe no bairro. Afinal, “nós temos uma história e essa história pode ser contada”.

Cenira também pensa nas crianças: “A primeira coisa que a gente faz é ensinar a ela o nome da rua, caso ela se perca”. Para ela, “a identidade da gente não é só o documento, também é a casa e a rua”.

Seu Getúlio, nosso terceiro entrevistado, mora no bairro desde 1999. É natural da Bahia, veio para São Paulo aos 18 anos em busca de melhores oportunidades de vida e inicialmente estabeleceu-se no bairro do Jaraguá, também na região noroeste. Quando surgiu o loteamento do Sítio Rosinha, em 1994, ele comprou logo dois lotes. Acabou demorando muito para recebê-los, devido à ação movida pelo Ministério

⁸ CEP é a sigla de Código de Endereço Postal, sistema de identificação de endereços criado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em 1971.

Público. Ele conta que fez parte de um grupo de compradores de lotes que foram ao Fórum conversar com o Juiz, e com muito esforço conseguiram reverter uma liminar que impedia a posse dos terrenos. Logo após essa conquista, fundaram uma associação composta por dez pessoas, a Associação Habitacional dos Trabalhadores do Sítio Rosinha. Foram eles que conseguiram o maquinário e abriram as ruas, e a primeira foi a Rua dos Vitoriosos. “Os vitoriosos somos nós, porque nós conseguimos, né?”, relatou.

Mais ruas foram criadas, inicialmente identificadas por números, e com o tempo os nomes foram sendo encontrados. A casa do Seu Getúlio foi a primeira a ser construída na rua 10, e a rua passou a ser conhecida pelo seu nome: era a rua do Getúlio. Ele próprio, porém, não querendo uma homenagem para si, teve a ideia de acrescentar “Vargas”. Hoje ele reclama: “Aqui é Getúlio Vargas! Ficou como Amanayara. Isso é nome? Não sei o que é”.

Na entrevista, Seu Getúlio vai relatando a motivação de cada nome. Próximo à sua casa fica a rua Pagé, e ele nos explica: “É que lá tem uma descida grande, e volta e meia o caminhão tombava, aí vinha a máquina desatolar. O dono das máquinas se chamava Paulo, e o operador era o Geraldo, então ficou Pa-Ge”. Já a Minas Gerais “é por conta do Mineiro, que mostrava os lotes para os compradores e corria da polícia também”.

A Rua do Espanhol foi assim denominada porque “no final dela ficava o sítio arrendado pelo falecido Seu Manolo, que era espanhol”. A Rua Monte Verde, quando foi aberta, “tinha uma exigência de que não podia desmatar, então deixaram um lado inteiro dela com as árvores que estão lá até hoje”.

A Esperança, por sua vez, na memória de Seu Geraldo “era uma ruazinha sem futuro, lá na beira do brejo, no começo era bem feia”. O tempo provou o acerto da escolha: “hoje ela tá bonita, tá canalizada”. Há ainda ruas que homenagearam artistas ou figuras públicas admiradas pela comunidade: Cazuza, Charles Chaplin, Tancredo Neves. A Rua Dalva de Oliveira, ao contrário do que poderíamos imaginar, não se encaixa nessa categoria: não faz alusão à cantora, mas a uma senhora, Dona Dalva, que já residia por lá nos primeiros tempos.

Seu Getúlio diz ter sido um dos primeiros a ter notícia da troca de nomes, pois frequenta reuniões da Associação Habitacional, que acompanhou o assunto junto à

SEHAB. “O Kassab⁹ mudou todas as ruas por conta própria. Já brigamos várias vezes lá na Secretaria pra ver se isso muda, mas dizem que é um processo muito difícil”. Também conta que moradores da Rua Monte Verde, os Monte Verde Unidos, chegaram a fazer um abaixo-assinado, mas foi deixado de lado. “Procuram complicar muito, que é pra não mudar mesmo”.

Ele também relata que foi por iniciativa local que as esquinas do bairro ganharam plaquinhas azuis indicativas dos nomes antigos das ruas (figura 3). Não são placas oficiais, esclarece: foi ele próprio quem se encarregou de mandar fazê-las, anos atrás. “Paguei um rapaz pra colocar placa em cada esquina”. Seu Geraldo, por causa da idade e de alguns problemas de saúde que vem enfrentando, tem saído pouco de casa ultimamente. Somos nós que lhe damos a notícia de que essas placas não existem mais. Foram substituídas recentemente por placas oficiais, com os nomes novos.

Figura 3 - Placas indicativas informais instaladas por iniciativa local, hoje desaparecidas



Fonte: Google Street View (imagem de janeiro de 2019)

⁹ Gilberto Kassab, prefeito de São Paulo entre 2006 e 2012.

Nosso entrevistado acredita que muitos moradores continuarão usando os nomes antigos, mesmo porque ninguém sabe o significado dos novos. Ele acredita que, se a Prefeitura queria trocar os nomes que tinham homônimos, teria que ter feito uma consulta, um plebiscito com os moradores para saber qual nome deveria ser posto.

Considerações finais

As conversas mantidas com Sidnei, Cenira e Seu Getúlio nos permitem uma primeira aproximação do modo como a alteração toponímica imposta ao Jardim Rosinha foi recebida por seus moradores. É clara a percepção de que houve prejuízo, não só à funcionalidade dos nomes como instrumentos de orientação espacial, mas também como sistema de ancoragem de memória e identidade. A maneira como os novos nomes foram impostos, sem participação ou diálogo com a comunidade, resultou em uma paisagem toponímica caracterizada por uma dupla opacidade. Os nomes impostos ao bairro são opacos, em primeiro lugar, por seu caráter alienígena: nomes como Minas Gerais, Getúlio Vargas e Vista Bela, que tinham conexão com o imaginário e o universo cultural da comunidade, e por isso mesmo eram funcionais para a orientação espacial, foram substituídos por outros que, ao contrário, são percebidos como desprovidos de sentido. São opacos, também, porque perdem seu caráter documental, ao serem vazios de referências a aspectos do passado local, portanto deixam de funcionar, também, como possíveis elementos de ancoragem da memória local.

A experiência do Jardim Rosinha pode ser considerada um caso extremo, por ter envolvido a renomeação simultânea de *todas* as ruas de um bairro. Apesar disso, ela certamente não é um caso isolado. Em geral com menor escala, as práticas de nomeação e renomeação de logradouros, por toda a cidade e também em outras cidades brasileiras, costumam repetir os padrões que acabamos de descrever: renomeações motivadas por interesses alheios ao território, decisões tomadas sem consulta às comunidades, imposição de nomes desconectados do presente e do passado locais.

A discussão que fizemos aqui certamente ainda pode ser enriquecida com mais evidências, seja a partir de novas entrevistas na própria comunidade, seja com a ampliação da análise para outros bairros, em São Paulo e em outras cidades. Ainda

assim, acreditamos que o aqui exposto pode ajudar a pensar novos padrões para as políticas de nomeação/renomeação, que sejam capazes de reconhecer a toponímia urbana como um patrimônio cultural a ser preservado.

Referências

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil): combatendo o apagamento toponímico. **Apropos [Perspektiven auf die Romania]**, Hamburgo, v. 8, p. 14-30, 2022.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus; LIMA-HERNANDES, Maria Celia. Conservare ut meminisce: os limites do politicamente correto nas ruas de São Paulo. In: BERLINCK, Rosane de Andrade; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto (Org.). **História do Português Paulista**: Estudos - 6. Série Trilhas Linguísticas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

CARVALHO, Mônica de. A "conquista" de Anhanguera: situação de fronteira na Metrópole de São Paulo. **Antropolítica**, Niterói (RJ), v. 1, p. 93-125, 2010.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, 1990.

FELDMAN, Sarah. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XX**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

FONSECA, Fernanda Padovesi; KUVASNEY, Eliane. Trabalho de campo multidisciplinar: indústrias, assentamentos e unidade de conservação (Vassununga) ao longo da Via Anhanguera - SP. **GeoUSP**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 153–160, 2003. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123800>

JAYO, Martin. Memória da cidade, de buzzword a conceito em mutação. **Paranoá**, Brasília, v. 33, p. 1-16, 2022. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.17>

LIGHT, Duncan; YOUNG, Craig. Toponymy as commodity: exploring the economic dimensions of urban place names. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 39, n. 3, p. 435-450, 2015. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12153>

NORA, Pierre. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p.7-28, 1993.

SÃO PAULO. **Decreto nº 49.346, de 27 de março de 2008**. Regulamenta a Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, que consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais, bem como revoga os dispositivos e decretos que especifica. Disponível

em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-49346-de-27-de-marco-de-2008>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SÃO PAULO. **Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007**. Consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14454-de-27-de-junho-de-2007>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SÃO PAULO. **Portaria nº 377 da Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB)**, de 20 de setembro de 2012. Designa logradouros-distrito da Anhanguera/Subprefeitura de Perus, que especifica. São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-habitacao-377-de-20-de-setembro-de-2012>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. especial, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.